
DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS COMO BASE PARA A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL: uma revisão de literatura nas teses brasileiras entre 2009 e 2018

*Archival documents as a basis for the construction of institutional memory: a review of literature in
Brazilian theses between 2009 and 2018*

Daniele Augusta dos Santos Silva (1), Ivana Denise Parrela (2)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, danitsbh@gmail.com,
(2) ivanaparrela@ufmg.br



Resumo

Este trabalho teve por objetivo apresentar resultados encontrados na revisão de literatura feita sobre a construção da memória institucional a partir dos documentos arquivísticos. A busca foi realizada no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (capes), pelos termos: “arquivo” + “memória institucional”; “arquivo” + “memória organizacional”; “arquivo” + “memória empresarial”. O recorte delimitou o período entre 2009 e 2018 as duas grandes áreas do conhecimento: ciências sociais aplicadas e ciências humanas; e área do conhecimento de ciência da informação, comunicação e história. Dos resultados encontrados foram selecionados quinze trabalhos para a leitura e análise, e o resultado apontou para as questões de disputa e poder, memória e esquecimento, manipulação e imposições ideológicas que permeiam a construção da memória. Além do caráter interdisciplinar da pesquisa, percebeu-se que os documentos arquivísticos foram fundamentais para a produção das teses lidas. Contudo, ainda são necessários mais estudos para aprofundar o tema salientando o caráter interdisciplinar da memória. E, ainda para o desenvolvimento de metodologias, que utilizem os documentos arquivísticos como parte fundamental para a construção da memória institucional.

Palavras-chave: Comunicação e informação. Arquivologia. Memória institucional. Memória organizacional. Memória empresarial.

Abstract

This study aimed to make a bibliographic analysis regarding construction of institutional memory from archival documents. The search was carried out in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (capes), using the terms: "archive" + "institutional memory"; "archive" + "organizational memory"; "archive" + "corporate memory". The time frame delimited the period between 2009 and 2018 the areas of applied social sciences and humanities and the areas of knowledge of information science, communication and history were selected. From the results found, fifteen papers were selected for reading and analysis, and the result pointed to the matters of dispute and power, memory and forgetfulness, manipulation and ideological impositions that permeate the construction of memory. In addition to the interdisciplinary nature of the research, it was noticed that the archival documents were fundamental for the production of the theses read. However, more studies are still needed to deepen the theme, highlighting the interdisciplinary character of memory. And, moreover for the development of methodologies, that use archival documents as a fundamental part for the construction of institutional memory.

Keywords: Communication and information. Archival Science. Institutional memory. Organizational memory. Corporate memory.

1 Introdução

O uso e produção dos documentos estão atrelados ao desenvolvimento da escrita e dos suportes utilizados para a conservação das informações produzidas. Eles são os produtos das atividades cotidianas de uma instituição e têm por função cumprir obrigações jurídicas e legais e, num segundo momentos, após cumprirem sua função primária legal, podem servir como fonte de prova, de pesquisa e, ainda, refletirem sobre a trajetória e costumes sociais (PAES, 2004; CAMPOS, 2015).

Considerando essa premissa, a discussão a respeito do fazer arquivístico no âmbito institucional e no que diz respeito a memória institucional se faz necessária e pertinente. Dentro da área da ciência da informação essa temática já figurava como objeto de algumas pesquisas. Com a ampliação e reestruturação dos programas de pós-graduação no Brasil desde a criação do Reuni em 2007, mais pesquisas foram desenvolvidas englobando o universo dos documentos arquivísticos e a memória institucional. Em virtude disso, as relações interdisciplinares da arquivologia com outras áreas do conhecimento também passaram a ficar mais evidentes, sendo que as discussões interdisciplinares são fundamentais para o desenvolvimento de novos

conhecimentos, ampliação e aplicação de conceitos e teorias em áreas correlatas (MARQUES; TOGNOLI, 2016).

A partir desse cenário, esse trabalho teve por objetivo realizar uma revisão de literatura tendo os documentos arquivísticos como elemento central para a construção da memória institucional. Considerando as características interdisciplinares supracitadas da área, além da Arquivologia e da Ciência da Informação também foram abordados estudos de Comunicação e História. Ademais, a última revisão bibliográfica sobre memória institucional é o texto de RUEDA, FREITAS E VALLS de 2011 (1), além do distanciamento temporal e da ampliação dos estudos ligados à arquivologia é pertinente a realização de uma nova revisão bibliográfica almejando o desenvolvimento de novas vertentes de estudo sobre o tema, incluindo e correlacionando também, novas áreas do conhecimento, como a história e a comunicação.

Por tudo isso, o mote foi pesquisar os aspectos da construção da memória institucional centrada no documento arquivístico, através da revisão da literatura da produção científica brasileira, a partir dos anos 2000. O objetivo geral buscou compreender como os documentos arquivísticos podem qualificar a construção da memória institucional a partir das teses publicadas no banco de teses da CAPES, entre 2009 e 2018. Além disso, discutir o entendimento dos elementos que permeiam esse tema como: arquivo, documento arquivístico em âmbito público e privado e sua contribuição para a construção da memória institucional. Discutir questões relativas à construção da memória, as relações de disputa e poder, em teses produzidas nas áreas de ciência da informação, comunicação e história.

2 Fundamentação Teórica

Essa discussão está dividida em dois assuntos: documentos arquivísticos e memória institucional. O primeiro tópico será dedicado a caracterizar o que é o documento arquivístico, suas características e sua importância dentro de uma estrutura administrativa. A segunda parte será composta pela apresentação do conceito de memória, memória institucional, a construção da memória nacional e individual e as relações de disputa e poder que envolvem a construção da memória social.

SILVA, Daniele Augusta dos Santos; PARRELA Ivana Denise. Documentos Arquivísticos como Base para a Construção da Memória Institucional: uma revisão de literatura nas teses brasileiras entre 2009 e 2018. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol. 17, publicação contínua, 2023, e023024. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023024.

Para iniciar esta discussão, tomamos como base que os documentos são produtos das atividades administrativas de uma instituição a fim de cumprir obrigações legais e jurídicas. Segundo a teoria arquivística, após o cumprimento de seu papel legal, os documentos podem ser instrumento de pesquisa refletindo a rotina dos atos administrativos e nos informando sobre os atores que atuavam na organização e seu trabalho junto à comunidade na qual se insere (CAMPOS, 2015). Para considerar um documento como arquivístico é necessário que ele seja produzido ou recebido em função dos trâmites administrativos de uma pessoa, seja ela física ou jurídica, e deve ser “dotado das seguintes características diplomáticas: forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas (autor, redator, destinatário, originador e produtor)” (RONDINELLI, 2011, p. 257). Neste trabalho serão consideradas as definições de Campos (2015) e Rondinelli (2011) como norteadoras, elucidando o lugar do documento arquivístico dentro da produção documental de uma entidade.

Durante o período pós-guerra, ocorreu a expansão acelerada na produção de documentos, necessitando, assim, estabelecer critérios para racionalizar sua produção. Para isso acontecer foi preciso submeter os documentos ao processo de avaliação, visando à seleção daqueles que serão guardados permanentemente. No que tange o processo de avaliação, é importante compreender o funcionamento do ciclo de vida documental, que se divide em três idades, sendo elas: *corrente*, *intermediária* e *permanente* (SCHELLENBERG, 2006).

A *fase corrente* abrange o uso jurídico-administrativo dos documentos relativo à sua utilização e tramitação. Já a *fase intermediária* é iniciada ao final do uso administrativo e jurídico, não é mais necessário ficar junto de seu produtor, podendo ser encaminhado a um arquivo central. O processo de avaliação é realizado, comumente, nesta etapa, indicando a destinação final do documento, eliminação ou guarda permanente. Por fim, a última idade, o *arquivo permanente*, é instituída após o recolhimento dos documentos, também é nela que se dá o uso histórico, social e científico dos documentos (BELLOTTO, 2006, p. 23-24).

Após compreender as definições das idades documentais o papel da avaliação é elucidado, e a partir dela é possível qualificar o valor dos documentos, assim indicando o período de guarda e sua passagem de uma idade a outra ou sua eliminação (CAMARGO, 2001). A avaliação é um

processo fundamental na arquivologia, pois por meio deste é possível definir os documentos permanentes que serão preservados, passíveis de compor o patrimônio documental de uma sociedade (JARDIM, 1995). Desta maneira, considera-se a formação do arquivo a partir da cumulatividade da produção documental, sendo que esta deve refletir a estrutura administrativa de seu produtor (NASSAR, 2004). "O arquivo de uma unidade administrativa armazena tudo o que ela produz – normas, objetivos, documentos decorrentes de suas funções –, servindo à informação e à gestão" (BELLOTTO, 2006 p. 25). Vale ressaltar que quanto mais organizada e complexa é uma sociedade maior sua produção documental, tanto para pessoas físicas quanto para as jurídicas públicas ou privadas (DELMAS, 2010).

Sendo assim, a preservação dos documentos arquivísticos beneficia toda a sociedade de maneira geral ao permitir que a administração possa se alicerçar nos atos precedentes para a tomada de decisão e aos cidadãos que utilizarão os documentos na pesquisa histórica, científica e na garantia de seus direitos. Além disto, estes documentos serão um pilar para a construção da memória de um grupo social (BELLOTTO, 2006), direcionamento que será adotado por esta pesquisa: a construção da memória social.

No entendimento de Hedstrom, (2016, p. 240) “a memória coletiva é normalmente definida como a representação que um grupo cria de seu passado e, termos de origens, valores e experiências compartilhadas”. Utilizaremos também a abordagem de Le Goff (1990) que em seus estudos explicou que um ponto crucial na história dos arquivos é a mudança da sociedade oral para a escrita. A partir do registro dos atos as pessoas puderam acessá-los posteriormente, e por consequência rememorar suas atividades, costumes e tradições.

Considerando a necessidade de registro das atividades humanas e a cumulatividade dos documentos de arquivo ao longo do desenvolvimento da sociedade, Pollak (1992, p.4) ressalta que em função do volume de registros gerados nem tudo o que é produzido é possível conservar e, tampouco pode ser lembrado em sua totalidade. Partindo dessa premissa, Pollak (1989, p. 2-7), discorre sobre o conceito de memória e esquecimento, conseqüentemente, o controle de uma narrativa para memória social. Defende, também, que a memória é resultado de um processo de construção ou seleção ao considerar que nem todos os fatos registrados possam ser lembrados.

Outro ponto reiterado por Pollak (1989) são os esforços feitos para a construção de uma memória oficial, estes estão diretamente ligados aos interesses (sociais, políticos, culturais, entre outros aspectos) de grupos dominantes, não sendo, necessariamente, o Estado contra a sociedade civil. Mas sempre a narrativa a ser prevalecida será de um grupo social em posição privilegiada de poder, seja ele social, financeiro, político, religioso e/ou todos juntos.

Existe uma diferença entre o esquecimento natural, que é quando não há a possibilidade de rememorar tudo o que foi registrado, em função da quantidade de registros produzidos, para o esquecimento seletivo, àquele que tem a intenção de selecionar pontos que são, ideologicamente, interessantes para a narrativa buscada. Estes esquecimentos ainda podem ser atribuídos como um mecanismo de poder e disputa na construção de uma memória oficial, onde são ressaltados aspectos de grupos socialmente dominantes em detrimento a grupos marginalizados (POLLAK, 1989).

Em outros aspectos, a construção social da memória também se encarrega em preservar características sociais e culturais de um povo. Hedstrom (2016, p. 240-241) complementa que a memória deve recriar uma narrativa composta por símbolos, datas, celebrações dentre outros aspectos culturais importantes para um grupo social, devendo criar um senso de pertencimento e identidade nos indivíduos. É importante ressaltar a dualidade que esse aspecto da memória pode apresentar. Por um lado, é possível preservar as características de um grupo, ressaltando suas especificidades e todo esse conjunto se traduz na memória de uma nação. Por outro lado, existem questões de poder e disputa da narrativa na construção de uma memória nacional.

POLLAK (1992, p.4) explica que “a memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo.”. Le Goff (1990) ainda destaca que a construção da memória deve ser considerada como uma conquista para um grupo social, e mais que isso, ela também é utilizada como um instrumento de poder, já que está diretamente ligada à identidade dos indivíduos. Para Pollak (1992), ao construir uma memória nacional é necessário mais do que a organização dos atos oficiais, é fundamental que ela contenha características

culturais, sociais e políticas dos povos que a constitui, portanto, deve-se acrescentar aos fatos do Estado a história das instituições e dos indivíduos.

Pensando nessas condicionantes que devem ser compreendidas na construção da memória de um Estado Nacional, vamos delinear, neste estudo, alguns aspectos da memória no âmbito público e privado jurídico. Contudo, serão utilizados alguns trabalhos sobre arquivo pessoal apresentando a contribuição dos indivíduos para a memória de uma nação.

Inicialmente, como o tema central desta pesquisa são os documentos arquivísticos, se faz importante pontuar sua utilização dentro do processo de construção da memória institucional. Para isso, Jardim (1995) destaca o trabalho do arquivista como agente imprescindível no tratamento documental, ressaltando o processo de avaliação para construção do patrimônio documental de um país, já que é a partir do acesso aos documentos que se torna possível a seleção memorial. Os estudos de Bellotto (2006) acrescentam que a construção da memória vai além dos documentos, valendo-se de outros tipos documentais que compõe o patrimônio de uma instituição, dentre eles os documentos provenientes de biblioteca e centros de documentação, entre outros. Vale ressaltar que essa pesquisa também considera a memória nacional como um tipo de memória institucional, uma vez que o Estado (detentor da narrativa oficial da memória nacional) faz as vezes de instituição.

A construção da memória das instituições, para Totini e Gagete (2004), não deve ser feita apenas com os pontos positivos vividos pela entidade. Parrela e Nascimento (2019) complementam que para a memória institucional atingir a eficácia esperada deve ser fruto de um estudo minucioso, debruçando-se nas características históricas da instituição, deixando de lado propriedades meramente celebrativas. Nessa direção, o tratamento arquivístico é imprescindível para embasar a construção da memória institucional.

Camargo e Goulart (2015) explicam que mudanças ocorreram nas organizações a partir do século XX, quando o capital intelectual de uma entidade passou a ser considerado como um bem da instituição, não só no setor privado, como no público também. Nesse contexto, torna-se imprescindível que a entidade se relacione com o ambiente a qual ela está inserida, como é

composto seu público interno, externo e como ela é percebida por esses públicos (RUEDA; FREITAS; VALS, 2011).

No âmbito privado, além do entendimento do grupo social no qual a empresa está inserida, ainda é necessário entender o mercado e se posicionar diante dele para se sobressair em relação a outras instituições de mesmo seguimento. Para isso é necessário contar sua história, apresentando sua jornada, refletindo sobre os pontos negativos, expondo as particularidades e características marcantes que trouxeram a instituição até o ponto em que ela se encontra. Contudo, é preciso ter tempo e técnica para executar (NASSAR, 2004), porque quanto mais complexa for a instituição, mais informações são necessárias para construir a memória institucional. Além dos documentos arquivísticos (atas, relatórios, folhas de pagamento, projetos, entre outros), também é adequado o uso de outros tipos documentais, como os de apoio a atividade administrativa, pesquisas de satisfação, relatos de história oral, livros, entre outros (CAMARGO; GOULART, 2015).

Após discussão desses aspectos dos documentos arquivísticos e da constituição da memória, é importante compreender como essa teoria é abordada e aplicada nas pesquisas que envolvem o tema. Sendo assim, o ponto de análise será feito a partir da compreensão da abordagem dos temas relativos à memória a partir do uso dos documentos arquivísticos como fonte primária de pesquisa.

2 Metodologia e resultados

A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a revisão de literatura. Esta metodologia foi escolhida visando conhecer a produção científica existente no Brasil, relativa ao uso dos documentos arquivísticos para a construção da memória. Foi dividida em duas etapas, o levantamento e revisão da teoria buscando compreender a formação da memória institucional a partir dos documentos arquivísticos, suscitando a importância dos documentos para a construção da memória.

A segunda etapa, foi realizada no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o recorte temporal utilizado foi do ano 2009 a 2018 e

ressaltando as características interdisciplinares do tema, foram selecionados trabalhos relacionados a três áreas do conhecimento (ciência da informação/arquivologia, comunicação e história). Devido à abrangência nacional das publicações, as referências utilizadas nesse escopo estão todas em formato *on-line* com o objetivo de facilitar o acesso a pesquisas bibliográficas desta natureza.

As etapas de pesquisa foram estruturadas a partir do processo sugerido por Bento (2012), que é: 1) estabelecer as palavras-chave ou descritores para balizar a busca; 2) rever as fontes secundárias para compreender um cenário inicial sobre o tema; 3) recolher e levantar as fontes primárias classificando-as a partir de sua importância para o estudo; 4) ler criticamente e resumir a literatura após levantar todos os estudos importantes para o trabalho, pois é necessário ter conhecimento e resumir os pontos identificados como relevantes para o trabalho.

Seguindo a metodologia proposta por Bento (2012), o progresso do trabalho se deu da seguinte maneira:

1. Seleção de palavras-chave que caracterizaram o escopo de pesquisa, os termos utilizados foram: “arquivo”; “memória organizacional”; “memória institucional” e “memória empresarial”.
2. Na segunda etapa foram levantadas as fontes secundárias para conhecer, de maneira geral, o problema estudado, recapitulados anteriormente, apresentando as questões iniciais sobre os documentos de arquivo, os tópicos sobre a construção da memória, a memória nacional, as contribuições sociais para a memória de grupos ou pessoas e a memória empresarial.
3. Escolha do banco de teses da CAPES para o levantamento das fontes primárias. O pleito foi feito em razão da importância da instituição para o desenvolvimento da ciência no Brasil e pelo fato de a maior parte das produções científicas brasileiras serem depositadas nesse repositório.
 - 3.1 Dentro do repositório da CAPES foram selecionados alguns filtros disponibilizados pela própria plataforma.
 - No campo “Tipo” foi selecionado o item “Tese”

- No campo “Ano” foram selecionados itens de 2009 a 2018
- Nos campos “Autor”, “Orientador” e “Banca” não foram selecionados nenhum item
- No campo “Grande área do conhecimento” foi selecionado os itens “Ciências sociais aplicadas” e “Ciências Humanas”
- No campo “Área do conhecimento” foi selecionado os itens “Ciência da Informação”, “Comunicação” e “História”
- Nos campos “Área de avaliação”; “Área de concentração”; “Nome do programa”; “Instituição” e “Biblioteca” não foi selecionado nenhum item.

3.2 Após a seleção dos filtros supracitados foram realizadas três buscas dentro da plataforma: “arquivo” + “memória institucional”; “arquivo” + “memória organizacional” e “arquivo” + “memória empresarial”

Após a inserção dos filtros supracitados foi encontrado um total de 503 resultados, como é possível ver no quadro abaixo. Foram realizados três tipos de buscas com palavras-chave, mencionadas no item 3.2.

Quadro 1 - Resultados da pesquisa utilizando os filtros na busca

Resultados encontrados após os filtros: Tipo: Doutorado Ano: 2009 a 2018 Grande área do conhecimento: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas Área do conhecimento: Ciência da informação; Comunicação; História
“arquivo” + “memória institucional”: 173 resultados
“arquivo” + “memória organizacional”: 166 resultados
“arquivo” + “memória empresarial”: 164 resultados
Total encontrado das buscas: 503 resultados

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao chegar ao quantitativo de 503 resultados foram excluídos todos os trabalhos em duplicidade, sendo selecionadas ao fim deste corte 175 teses. O próximo passo foi ler todos os

resumos destes 175 textos. Como o objetivo deste trabalho foi pesquisar a discussão sobre a memória institucional a partir dos documentos arquivísticos, os trabalhos que não tinham essa abordagem foram cortados da amostra selecionada. Muitos dos resumos lidos apresentavam algum ponto de contato entre a memória institucional e/ou com os documentos arquivísticos, contudo, não apresentavam a construção da memória institucional a partir dos documentos arquivísticos, seja no âmbito público ou privado, portanto não se enquadravam na amostra pretendida neste estudo.

Ao final, foram selecionadas 16 publicações que se encaixavam no escopo deste projeto, entretanto, uma das publicações (2) selecionadas não estava disponível para leitura ou *download* na base de dados da Capes ou da biblioteca depositária da instituição de defesa, com isso ela também foi excluída da análise, restando para serem analisadas 15 teses. Todos estes trabalhos foram lidos em sua totalidade e incluídos na análise feita nesta pesquisa.

Como mencionado anteriormente, optou-se por estender a busca em outras áreas do conhecimento, buscando abranger os aspectos de interdisciplinaridade pertinente à ciência da informação. Em função disso, o quadro 2 apresenta uma distribuição percentual das áreas de pesquisa dos textos da amostra selecionada. Já o quadro 3, apresenta a divisão percentual do âmbito das pesquisas, público ou privado.

Quadro 2 - Áreas de Pesquisa

Áreas de Pesquisa	Ciência da Informação	20%
	Comunicação	20%
	História	60%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Quadro 3 - Tipo de instituições pesquisadas

Instâncias de Pesquisa	Público	47%
	Privado	53%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Ao concluir a fase de cortes da amostra e chegar ao quantitativo final de 15 trabalhos, todo o material foi lido em sua totalidade, além de ter sido listado os principais pontos de interesse para

esta pesquisa. No quadro 4 são apresentadas todas as teses que compuseram a amostra deste trabalho. O quadro descreve o autor, título, ano da publicação e área do conhecimento em que o trabalho foi defendido. Sua finalidade é de facilitar o entendimento do que será analisado, retratando as obras escolhidas e como apoio à compreensão do quadro 5.

Quadro 4 - Fontes utilizadas para análise de dados

Autor	Título	Ano de Publicação	Área do conhecimento
Barbosa, A. A.	<i>Ambiências Memoriais no Ciberespaço: portais corporativos como lugar de memória</i>	2015	Comunicação Social
Barros, N. C. S.	<i>Arquivos da vida, arquivos da história: as experiências intelectuais de Joaquim Inojosa e os usos da memória do Modernismo</i>	2012	História Social
Constante, S. E.	<i>Narrativa Jornalística e Memória Institucional: a Universidade Federal de Santa Maria no jornal A Razão</i>	2018	Comunicação Social
Cordeiro, F. L.	<i>Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG - 1980 a 2012</i>	2013	História
Costa, E. A.	<i>Arquivo, poder, memória: Hermam Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN</i>	2015	História
Gonçalves, E. F.	<i>A fotoautobiografia como espaço de recordação: fragmentos em álbuns de memória sobre a Universidade Federal da Paraíba no Arquivo Afonso Pereira</i>	2016	Ciência da Informação
Molina, L. G.	<i>Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento</i>	2013	Ciência da Informação
Molina, T. S.	<i>Arquivos privados e patrimônio documental: o programa de preservação da documentação histórica - pró - documento (1984-1988)</i>	2018	História
Nharreluga, R. S	<i>O estado e a construção da ordem arquivística em Moçambique (1975-2010)</i>	2014	História, Política e Bens Culturais
Sousa, A. C. M.	<i>Nos acordes do quinteto da Paraíba: Memórias e Escritos de um Acervo</i>	2018	Ciência da Informação
Souza, P. V.	<i>Comunicação, Modernidade, Religião: relações culturais na história e produção do Centro Áudio Visual Evangélico - cave (1951-1971)</i>	2014	Comunicação e Cultura

Víctor, R. L.	<i>O labirinto integralista: o prp e o conflito de memórias (1938-1962)</i>	2012	História Social
Vitoriano, M. C. C. P.	<i>Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas</i>	2011	História
Watanabe, T. H. B.	<i>Escritos nas fronteiras: os livros de História do Protestantismo Brasileiro (1928-1982)</i>	2011	História
Zatta, R.	<i>50 anos de morte do Tenente Camargo (1965-2015): impasses e conflitos da memória institucional do Exército Brasileiro</i>	2016	História

Fonte: elaborado pelas autoras.

Nas leituras realizadas foram percebidos alguns aspectos que se repetiam através das discussões feitas pelos autores selecionados. Assim, também foi possível classificar quais aspectos da memória cada texto mais se aproximava. Sendo assim, no quadro 5 é feita uma categorização em dois níveis. O primeiro deles é em qual abordagem sobre memória cada autor se enquadra que, neste caso, esta dividida em três perspectivas: formação da memória nacional, contribuições sociais para a memória de grupos ou pessoas e a memória empresarial.

O segundo nível apresenta, de forma resumida, quais são as principais discussões levantadas dentro de cada abordagem da memória. Essas discussões também foram apresentadas de forma resumida no referencial teórico deste trabalho. Com isso, as discussões que envolvem a análise das teses selecionadas vão circundar as questões de disputa e poder; controle de narrativa; perspectiva unilateral do Estado na construção da memória nacional; a importância da preservação dos documentos arquivísticos para a preservação da memória individual e de grupos; uso dos documentos arquivísticos como diferencial competitivo, entre outros, como pode ser observado no quadro 5, abaixo.

Quadro 5 - Principais pontos sobre memória discutidos nas teses

Tema	Principais considerações	Autores
Memória Empresarial	Importância da gestão de documentos no âmbito privado	Barbosa (2015); Molina (2013); Vitoriano (2011).
	Diferencial competitivo a partir do uso de documentos arquivísticos para a construção da memória	
	Uso estratégico da memória como diferencial mercadológico	
Contribuições sociais para a memória de grupos ou pessoas	Preservação de características sociais e culturais	Barros (2012); Costa (2015); Gonçalves (2016); Sousa (2018).
	Preservação de arquivos técnicos	
	Contribuição dos arquivos pessoais para a memória social	
	Uso da fotografia na construção da memória, tanto de instituições, quanto de indivíduos	
	Preservação de contexto social a partir da memória	

Formação da Memória Nacional	Uso da memória como instrumento de poder	Constante (2018); Cordeiro (2013); Molina (2018); Nharreluga (2014); Souza (2014); Victor (2012); Watanabe (2012); Zatta (2016).
	Manipulação da memória em função de interesses ideológicos	
	Lacunas nos documentos, necessitando de tratamento arquivístico	
	Uso de múltiplas tipologias documentais para a construção da memória	
	Discussão de aspectos culturais, sociais e políticos através da memória	
	Disputa da memória oficial, moldada através de interesses políticos	
	A dualidade entre memória e esquecimento, tendo o esquecimento como uma ferramenta de manipulação da memória	
	Importância de políticas públicas para a preservação do patrimônio documental	

Fonte: elaborado pelas autoras.

O quadro 5 buscou facilitar a compreensão das análises feitas abaixo, ao compilar os principais assuntos que foram encontrados nas leituras dos textos selecionados. Além disso, demonstrar em quais pontos a pesquisa sobre a memória institucional, a partir dos documentos arquivísticos, avançaram entre os anos de 2009 e 2018, por meio das pesquisas de pós-graduação nas áreas de ciência da informação, história e comunicação. Através desse esquema é possível

perceber quais os pontos conflituosos da memória são abordados e até onde o trabalho com os documentos arquivísticos contribuem para essas narrativas, uma vez preservados.

3 Construção da memória a partir dos documentos arquivísticos

Antes de dar início a análise de dados, ao delimitar o recorte do objeto foram deixados de lado seis trabalhos que valem ser destacados por abordarem questões memoriais, são as pesquisas de Costa (1997), Aguiar (2018), Viana (2015), Neto (2013), Silva (2015) e Parrela (2009) (orientadora deste trabalho) que mesmo dentro do recorte temporal, a autora não identificou seu trabalho como um trabalho de memória institucional. É relevante ressaltar esses trabalhos pelas discussões que eles apresentam a respeito do trato com os documentos arquivísticos em relação ao processo de construção da memória, contudo, não contemplam especificamente o recorte selecionado aqui.

Serão observadas abordagens distintas sobre a construção da memória, por exemplo a composição de uma memória nacional de um grupo social de pessoas como parte de uma memória nacional, de entidades privadas, e ainda reflexões sobre a manipulação da memória, o seu uso como um instrumento de poder, a dualidade entre memória e esquecimento, a importância do tratamento documental como base para a sua criação entre outros tópicos.

Vale lembrar que os documentos arquivísticos são a base para a realização de todas as pesquisas selecionadas. E, ainda, quando passada a temporalidade jurídico-administrativa que carregam a partir de sua produção, os documentos, podem servir a partir de seus usos secundários, para pesquisas, uso social, escrita da história e construção da memória.

Le Goff (1990) discorre sobre os elementos necessários para a composição de uma memória nacional, elegendo símbolos que serão utilizados para compor esta memória. Seguindo essa direção, a composição deve abarcar todos os traços característicos de um povo e não refletir somente a história administrativa de um país, porque deve contemplar tanto a história do Estado quanto das empresas privadas, dos diferentes tipos de povos, movimentos culturais, artísticos, sociais, religiosos dentre outros.

Nessa direção, de certa forma, todos os trabalhos selecionados nesse recorte apontam para a construção de uma memória nacional, uma vez que todos refletem essas características que a compõe. Contudo, algumas pesquisas incidem diretamente a esse tema quando outras fazem recortes mais específicos. Com isso, os trabalhos serão analisados em três grupos: àqueles que desenvolvem questões ligadas à memória nacional diretamente, a memória de social de grupos ou indivíduos e a memória de instituições privadas (empresas).

A maior parte desse recorte contempla trabalhos que estudam elementos que compõe a memória nacional. Nesse âmbito, temos os trabalhos de Watanabe (2011) e Souza (2014) que irão estudar aspectos de manifestação religiosa, a partir dos registros documentais produzidos por dois grupos específicos, ao passo que o primeiro analisa a construção da história do protestantismo brasileiro, ressaltando uma mudança na narrativa criada ao longo da história do movimento, no intuito de reforçar preceitos e crenças através da memória, utilizando-a como um instrumento de poder para transmitir os valores idealizados. Já Souza (2014) estuda a memória do Centro Audiovisual Evangélico (cave) em seu trabalho, a autora foca nos processos de construção da memória da instituição. Fazendo uma revisão sobre a história da organização, Souza retrata as dificuldades para a sua realização e as lacunas encontradas nos documentos, tendo que lançar mão de técnicas complementares como a história oral para consumir o proposto. Além disso, é interessante ressaltar que mesmo este sendo um trabalho da área de comunicação a autora trouxe ao texto a importância da utilização dos documentos arquivísticos para a composição da memória, assim como a importância do tratamento documental.

Constante (2018), por sua vez, propõe a composição da memória da Universidade Federal de Santa Maria através de um jornal produzido na instituição. É interessante a abordagem feita pela autora, que utiliza de outros tipos de documentos para verificar e amarrar a narrativa contida ao jornal, analisando sobre o seu contexto social de produção, ressaltando a relevância desse tipo documental uma vez que são imbuídos de posicionamento crítico, político, social entre outros. Apesar de reafirmar o espaço das instituições públicas de ensino superior dentro da memória nacional, a autora se debruça mais no papel social que elas têm na sociedade, levando a discussão de seu trabalho para um lugar crítico, utilizando a memória como um instrumento de reafirmação

do papel da Universidade como agente transformador de uma comunidade, a partir do que foi possível analisar através da produção dos jornais que foram veiculados na Universidade anteriormente.

Ainda ligado à construção da memória nacional outros três trabalhos estudam tais questões, contudo Zatta (2016), Nharreluga (2014) e Cordeiro (2013) retratam particularidades ligadas à manipulação da memória oficial e sua utilização como um instrumento de poder e disputa, ao longo de sua elaboração. Nos três casos, os autores salientam o processo de construção memorial a partir do esquecimento seletivo, quando as instituições adotam posturas que visam suprimir determinados fatos de sua história, mesmo que estes estejam registrados nos documentos, abordando o esquecimento como um mecanismo programado na concepção da narrativa desejada. Os três trabalhos apresentam a manipulação da memória ligados a ideologia pregada pelas instituições estudadas, sendo que Zatta (2016) analisa o caso do Exército Brasileiro, Nharreluga (2014) o da mudança estrutural do Estado em Moçambique e Cordeiro (2013) o da construção memorial do poder legislativo em Montes Claros.

Apesar de diferentes esferas de poder estas pesquisas se debruçaram a investigar pontos importantes para o debate sobre a construção da memória ao retratarem as questões de disputa e poder ligadas à construção memorial. Quando os três casos estudados descrevem os métodos utilizados ressaltam o uso da dualidade entre memória e esquecimento para elaborar uma narrativa que atenda aos interesses ideológicos da instituição, e ainda conseguem reafirmar a estabilidade e autoridade diante de um contexto social.

Ainda nessa direção, a pesquisa de Victor (2012) investiga o uso da memória como instrumento de poder para cunho político. Na tese é estudado o integralismo no Brasil e como as ações memoriais podem ser utilizadas para transformar a opinião pública, diminuindo as representações negativas de um determinado objeto. O autor ainda discute a importância da imprensa como um agente chave na influência de um contexto social, como um ponto de intervenção da opinião pública. Molina (2018), por sua vez, traz uma abordagem sobre as políticas públicas necessárias para a preservação do patrimônio documental, consequentemente mantendo os subsídios para o desenvolvimento da memória nacional. A autora pesquisa o caso do Pró-

Documento, programa criado para a preservação de acervos institucionais privados, parte integrante da memória nacional, que, por vezes, é negligenciada em função do caráter privado desses documentos, ficando a cargo dos titulares sua destinação.

Seguindo essa mesma direção, outros três trabalhos contribuem para a discussão sobre arquivos privados, sendo eles o de Barbosa (2015), Vitoriano (2011) e Molina (2013), pois completam as reflexões sobre o campo empresarial. As três autoras apresentam aspectos diferentes ao tratar sobre os arquivos empresariais. Vitoriano (2011) aborda um trabalho essencial para a construção da memória institucional, o tratamento dos documentos arquivísticos para que seja possível contar uma história empresarial, mas, antes de tudo é necessário que existam subsídios suficientes para fazê-la e, para isso, é fundamental a gestão de documentos. Molina (2013), por sua vez, já pontua a importância da utilização dos documentos produzidos de maneira estratégica, como alicerce para a construção da memória institucional. Já Barbosa (2011) direciona sua pesquisa para a construção da memória institucional como um diferencial agregador à imagem da instituição, acrescentando diferencial mercadológico à marca.

Por último, as contribuições de Sousa (2018), Barros (2012), Costa (2015) e Gonçalves (2016) abordam as contribuições sociais feita por grupos ou pessoas para a construção da memória nacional. Com isso, Sousa (2018) trabalha com o estudo de caso de um grupo de música de câmara, e em sua pesquisa a autora ressalta a importância social da memória na preservação de aspectos culturais de determinados grupos sociais. Além disso, ela apresenta a necessidade do tratamento dos documentos arquivísticos, em especial os arquivos técnicos por se tratar de um acervo de documentos musicais, como partituras entre outros. Barros (2012) estuda o movimento literário Modernismo no Brasil a partir dos documentos produzidos por Joaquim Inojosa. Esse estudo ressalta a contribuição dos arquivos pessoais para a memória social, também, aborda uma discussão interessante sobre separação entre a vida pública e a privada ao retratar a vida do escritor. Costa (2015), por sua vez, estuda a importância da fotografia para os conjuntos documentais, podendo ser utilizada como integrante do patrimônio documental de uma instituição, além de destacar o cuidado que se deve ter ao trabalhar com esse tipo de documento. Por último, Gonçalves (2015) também estuda o uso da fotografia na vida dos indivíduos e como ela pode ser utilizada

para a construção da memória, salientando como a fotografia pode refletir um contexto social em que os sujeitos estão inseridos. A autora propõe a construção da memória de um indivíduo a partir da fotoautobiografia, pontuando o lugar em que um sujeito está inserido em um contexto social, conservando essas características através da fotografia.

Posto isso, essa análise buscou compilar os principais argumentos levantados pelos trabalhos contemplados nesse estudo sob o viés da construção da memória a partir do uso de documentos arquivísticos. Foi percebido, ao longo das leituras, a relevância dos documentos arquivísticos para a construção destes processos memórias, uma vez que todas as pesquisas os têm como fonte primária. Além disso, é concebida uma estreita ligação dos documentos de arquivo com os processos de formação memorial estudados, ao passo que sem a preservação documental todas essas partes da memória do país seriam apagadas.

5 Considerações Finais

Considerando os objetivos dessa pesquisa, de revisar a produção bibliográfica brasileira a respeito da construção da memória institucional a partir de documentos arquivísticos, foram selecionados, no banco de teses da Capes, 15 publicações desenvolvidas entre os anos de 2009 e 2018, incluindo as pesquisas da área de ciência da informação, história e comunicação, buscando contemplar a interdisciplinaridade do tema.

Esse estudo se desenvolveu a partir de um trabalho de conclusão de curso visando compreender o papel do documento arquivístico dentro do processo de estruturação da memória institucional. Através do escopo analisado foi possível identificar o uso dos documentos arquivísticos sendo fundamentais para a construção da memória, não somente a caráter ilustrativo. Ainda, acredita-se que a expansão dos estudos arquivísticos, por todas as regiões do país, propiciaram uma ampliação e regularidade no uso dos documentos em outras áreas do conhecimento, iniciando uma discussão interdisciplinar embasada em documentos arquivísticos. Entretanto, ainda é preciso ir além estendendo esse uso a mais áreas do conhecimento.

Os principais argumentos levantados nessa revisão se voltaram para os usos da memória como um instrumento de poder, a manipulação da memória em função de fatores ideológicos institucionais, a dualidade entre memória e esquecimento, tendo este último como uma ferramenta de manipulação. Outro argumento recorrente foi a disputa da memória em função de um discurso oficial, ressaltando aspectos sociais, culturais e políticos que envolvidos na construção da memória institucional.

Os aspectos sociais, culturais e políticos também foram abordados de maneira recorrente, indicando a importância da memória para as mais diversas camadas da sociedade. Acarretando a necessidade de políticas públicas para a preservação do patrimônio documental, ponto basilar para a construção memorial.

Seguindo com a discussão, outros pontos evidenciados giram em torno da gestão dos documentos arquivísticos, não só no âmbito público, mas também no privado. E ainda, deve-se salientar a importância do acesso aos documentos arquivísticos através da difusão. Para isso, é fundamental o trabalho das instituições arquivísticas como espaço de fomento a novas pesquisas pela disponibilização dos acervos, sem esquecer da importância da descrição arquivística para esse cenário, propiciando o entendimento do contexto de produção e recuperação tanto dos documentos quanto da informação. Ainda que estudos sobre memória institucional continuam sendo feitos, é incipiente a discussão apresentada, necessitando de mais pesquisas sobre o tema, principalmente em organizações privadas.

Em todos os textos fica claro ao leitor o cuidado que os autores tiveram com o trato dos documentos arquivísticos ao estruturarem suas pesquisas. A importância que os documentos têm para a pesquisa científica e social. Eles são essenciais para que a memória seja construída e preservada. Também vale destacar a necessidade do tratamento documental em larga escala em todas as instâncias, seja na esfera pública ou privada (física e jurídica), pois a preservação do patrimônio documental é uma das saídas para a construção de um processo memorial mais representativo.

Isto posto, é imprescindível que essa discussão se amplie para outras áreas do conhecimento e reforce a importância do tratamento dos documentos arquivísticos. Para que ocorra

ampliação no número de estudos que utilizam os documentos como base de pesquisa aumentem é vital que as instituições, tanto públicas quanto privadas, façam a gestão documental e difusão dos seus acervos. O que pode acarretar o aumento da periodicidade na qual as instituições fazem a gestão de seus acervos por serem cobradas por pesquisadores, de diversas áreas do conhecimento, requisitando o acesso aos conjuntos documentais por entendê-los como fundamentais para embasar seus trabalhos, proporcionando um cenário melhor de conservação do patrimônio documental brasileiro, estimulado e defendido por potenciais usuários para a pesquisa.

Notes

- (1) RUEDA, V. M. da S; FREITAS, A. de; VALLS, V. M. Memória Institucional: uma revisão de literatura. *CRB-8 Digital*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011
- (2) Tese que não foi possível obter acesso: Costa, R. P. F. *A história do arquivo geral da Universidade Federal do Espírito Santo: um estudo de caso*. 178f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Referências

- Aguiar, F. L. *Plataformas Dspace e archivematica: concepção e criação de um protótipo de repositório digital aplicado no domínio da SBPC: sob uma perspectiva interdisciplinar entre Arquivística e Organização e Representação do Conhecimento*. 2018. Universidade de São Paulo, Tese de doutorado.
- Barbosa, A. A. *Ambiências Memoriais no Ciberespaço: portais corporativos como lugar de memória*. 2015. Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Tese de doutorado.
- Barros, N. C. S. *Arquivos Da Vida, Arquivos Da História: as experiências intelectuais de Joaquim Inojosa e os usos da Memória Do Modernismo*. 2012. Universidade Federal de Pernambuco, Tese de doutorado.
- Bellotto, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Editora Fgv, 2006.
- Bento, A. “Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas”. *Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)*, n. 65, ano VII, maio 2012, pp. 42-44.
- Camargo, A. M. de A., e Goulart, S. *Centros de Memória: uma proposta de definição*. Edições Sesc São Paulo, 2015.

- Camargo, Ana Maria de Almeida. *Avaliação e destinação de documentos de arquivo: normas e procedimentos*. São Paulo, 2001.
- Campos, José Francisco. “Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa”. *Revista Escrita da História*, ano II, vol. 2, n. 4, set./dez. 2015, pp.100-119.
<http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/escritadahistoria/article/view/89/51>. Acessado 31 mar. 2021.
- Constante, S. E. *Narrativa Jornalística e Memória Institucional: a Universidade de Santa Maria no Jornal A Razão*. 2018. Universidade Federal de Santa Maria, Tese de doutorado.
- Cordeiro, F. L. *Outras histórias sobre poder e memória: as instituições arquivísticas e o(s) lugar(es) de memória(s) em Montes Claros, MG - 1980 a 2012*. 2013. Universidade Federal de Uberlândia, Tese de doutorado.
- Costa, E. A. *Arquivo, Poder, Memória: Hermam Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN*. 2015. Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutorado.
- Costa, I. T. Magalhães. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. 1997. Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Tese de doutorado.
- Crivelli, Renato; Bizello, Maria Leandra. “A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012)”. *Revista de la Biblioteca y Archivo Histórico de la Asamblea Legislativa Plurinacional*, vol. 6, n. 21, ago. 2012. http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/fdc/v6n21/v6_n21_a05.pdf. Acessado 7 maio 2019.
- Delmas, Bruno. *Arquivos para quê? textos escolhidos*. Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- Gomes, Isabelle Sena, e Caminha, Iraquitana de Oliveira. “Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano”. *Revista Movimento*, v. 20, n. 01, jan./mar. 2014, p. 395-411. <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/41542>. Acessado 31 mar. 2021.
- Goncalves, E. F. *A fotoautobiografia como espaço de recordação: fragmentos em álbuns de memória sobre a Universidade Federal da Paraíba no Arquivo Afonso Pereira*. 2016. Universidade Federal da Paraíba, Tese de doutorado.
- Hedstrom, M. “Arquivos e memória coletiva: mais que uma metáfora, menos que uma analogia.”. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Organizado por Eastwood, T., e Macneil, H.. Editora Ufmg, 2016. p. 237-259.
- Jardim, J. M. “A invenção da memória nos arquivos públicos”. *Ciência da Informação*, v. 25, n. 2, ago. 1995. <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acessado 31 mar. 2021.

- Le Goff, J. *História e memória*. Editora da Unicamp, 1990.
- Molina, L. G. *Memória organizacional e a constituição de bases de conhecimento*. 2013. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Marília, Tese de doutorado.
- Molina, T. S. *Arquivos privados e patrimônio documental: o Programa De Preservação Da Documentação Histórica - Pró - Documento (1984-1988)*. 2018. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, Tese de doutorado.
- Nassar, Paulo. *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. Aberje, 2004.
- Nharreluga, R. S. *O Estado e a construção da ordem arquivística em Moçambique (1975-2010)*. 2014. Fundação Getúlio Vargas, Tese de doutorado.
- Neto, F. F. S. *Antes da noite: história, memória e escrita de si por Luís da Câmara Cascudo (Natal, 1898-1986)*. 2013. Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Tese de doutorado.
- Parrela, I. D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira – 1895-1937*. 2009. Universidade Federal De Minas Gerais, Tese de doutorado.
- Parrela, I. D., e Nascimento, A. O. “Memória institucional e arquivologia: uma discussão teórico-metodológica”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, número especial, jan./mar. 2019 p.176-188.
- Pollak, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- Pollak, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- Rondinelli, Rosely Curi. *O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária*. 2011. Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado.
- Rueda, V. M. da S; Freitas, A. de; Valls, V. M. “Memória Institucional: uma revisão de literatura”. *Crb-8 Digital*, v. 4, n. 1, abr. 2011, p. 78-89.
- Schellenberg. T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Editora Fgv, 2006.
- Silva, R. P. *A morte do homem cordial: trajetória e memória na invenção de um personagem (Sérgio Buarque de Holanda, 1902-1982)*. 2015. Universidade Estadual de Campinas, Tese de doutorado.
- Sousa, A. C. M. *Nos acordes do quinteto da Paraíba: memórias e escritos de um acervo*. 2018. Universidade Federal da Paraíba, Tese de doutorado.

- Souza, P. V. *Comunicação, modernidade, religião: relações culturais na história e produção do Centro Áudio Visual Evangélico - CAVE (1951-1971)*. 2014. Universidade Federal Do Rio De Janeiro, Tese de doutorado.
- Totini, B., e Gagete, E. “Memória empresarial, uma análise da sua evolução”. *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. Organizado por NASSAR, P. Aberje, 2004. p. 113-126.
- Viana, G. F. R. *Os documentos arquivísticos digitais no sistema de informações Sie/UFSP: da produção ao acesso*. 2015. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Marília, Tese de doutorado.
- Víctor, R. L. *O labirinto integralista: o PRP e o conflito de memórias (1938-1962)*. 2012. Universidade Federal De Goiás, Tese de doutorado.
- Vitoriano, M. C. C. P. *Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas*. 2011. Universidade de São Paulo, Tese de doutorado.
- Watanabe, T. H. B. *Escritos nas fronteiras: os livros de História do Protestantismo Brasileiro (1928-1982)*. 2011. Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho/Marília, Tese de doutorado.
- Zatta, R. *50 anos de morte do Tenente Camargo (1965-2015): impasses e conflitos da Memória Institucional Do Exército Brasileiro*. 2016. Universidade Federal do Paraná, Tese de doutorado.

Copyright: © 2023 SILVA, Daniele Augusta dos Santos; PARRELA Ivana Denise. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Recived: 13/05/2021 - Accepted: 12/05/2023